



coletânea
educação popular
e economia solidária
no nordeste

caderno pedagógico

**economia
solidária,
compras
institucionais
e finanças
solidárias**

**Vanuza Vieira
Cristina Gusmão**

centro de formação e apoio à assessoria técnica em economia solidária do nordeste – cfes/ne

equipe de coordenação e gestão administrativa

José Nunes da Silva (coordenador institucional), Alzira Josefa de Siqueira Medeiros e Mônica Vilaça da Silva (coordenação pedagógica), Edivaldo Felix de Almeida Cavalcanti (gestão administrativa)

equipe editorial

Alzira Josefa de Siqueira Medeiros, Ana Dubeux, José Nunes da Silva, Mônica Vilaça da Silva

autora do texto *acesso a mercados e compras institucionais*

Vanuza Neves Vieira | Educadora popular, pedagoga, especializanda em Gestão do desenvolvimento territorial pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Atua há 10 anos no meio rural com a Agroecologia e a educação popular pelo CEDRO – Centro de ecodesenvolvimento–BA. Integra o COEDUCA – Coletivo de educadoras e educadores populares em economia solidária da Bahia.

autora do texto *finanças solidárias*

Cristina Gusmão | Cearense, socióloga-educadora, militante da economia solidária, membro-fundadora da Rede nacional de fundos solidários.

revisão

Mariana Pires Santos

ilustração de capa

Thiago Liberdade

projeto gráfico e diagramação

Eduardo Souza e Gabriela Araujo

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (cip)
Sistema Integrado de Bibliotecas da UFRPE
Biblioteca Central, Recife – PE, Brasil

V658e Vieira, Vanuza
Economia solidária, compras institucionais e finanças solidárias: caderno pedagógico / Vanuza Vieira, Cristina Gusmão.- Olinda: MXM Gráf. e Ed., 2018.
147 p. : il. – (Educação popular e economia solidária no Nordeste)

Com: Acesso a mercados e compras institucionais: a experiência de associações de agricultoras e agricultores com o PAA e o PNAE: caderno pedagógico / Vanuza Vieira – Finanças solidárias: caderno pedagógico / Cristina Gusmão.

Inclui referências.
isbn 978-85-65501-55-2

1. Economia solidária 2. Compras institucionais 3. Finanças solidárias 4. Agricultura – Sociedade, etc. I. Gusmão, Cristina II. Título III. Título: Acesso a mercados e compras institucionais: a experiência de associações de agricultoras e agricultores com o PAA e o PNAE: caderno pedagógico IV. Título: Finanças solidárias: caderno pedagógico V. Série

CDD 370 E19

- 9** *Apresentação*
- 13** *Acesso a mercados e compras institucionais:
A experiência de associações de agricultoras e agricultores
com o PAA e o PNAE*
- 15** *Introdução*
- 19** *A busca pelo Bem Viver na agricultura familiar*
- 24** **O assentamento Vaza Barris**
- 26** **resumo da pesquisa-ação** A luta pela autonomia dos agricultores e das agricultoras familiares do Projeto Assentamento Vaza Barris
- 28** **A comunidade de Aruanda**
- 30** **resumo da pesquisa-ação** O Acesso ao Programa de Aquisição de Alimentos e ao Programa Nacional de Alimentação Escolar por agricultores e agricultoras familiares da Associação de Aruanda, em Itanhém – BA
- 33** *Acesso ao mercado institucional: da lei à prática do povo*
- 39** *A chegada ao chão de vida e trabalho das experiências
por meio da pesquisa-ação*
- 47** *O desafio da adaptação das comunidades às políticas
públicas. Ou o inverso?*
- 61** *Os aprendizados do povo e das comunidades com as
experiências*
- 67** *Referências*

- 71** *Finanças Solidárias*
- 73** *Introdução*
- 79** *A economia e seus significados*
- 83** **Economia solidária**
- 84** **A economia solidária e sua prática a partir do território**
- 89** *As finanças solidárias*
- 91** **As finanças solidárias no Brasil**
- 93** **Os Fundos Rotativos Solidários (FRS)**
- 95** **Bancos Comunitários de Desenvolvimento**
- 97** **Cooperativas de Crédito Solidário**
- 101** *As práticas de economia solidária no nordeste e a reciprocidade*
- 109** *As finanças solidárias como práticas educativas de transformação social e promoção do Bem Viver*
- 111** **As finanças solidárias e a educação popular**
- 113** **A pesquisa-ação como estratégia para a produção de conhecimentos na educação popular em economia solidária**

- 117** *A pesquisa-ação “Fundo Rotativo Solidário entre os criadores de suínos no agreste paraibano”*
- 119** **Quando e como surgiu o Fundo Rotativo Solidário**
- 120** **A organização, os objetivos e a importância do Fundo**
- 124** **resumo da pesquisa-ação** Agricultura familiar com base nos fundos solidários da criação de suínos na Paraíba
- 127** *A pesquisa-ação “As relações e interações entre o banco comunitário e a comunidade”*
- 132** **resumo da pesquisa-ação** As relações e interações entre banco comunitário e a comunidade
- 135** *As pesquisas e seus aprendizados*
- 139** *Finanças solidárias e políticas públicas*
- 144** *Referências*

Apresentação

O Centro de Formação e Apoio à Assessoria Técnica em Economia Solidária do Nordeste (CFES-NE) é um dos Projetos da Política Pública de Educação da Política Nacional de Economia Solidária, desde 2009. Ele é um fruto das conquistas da ação política e pública realizadas pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), em particular das educadoras e educadores que compreendem que a economia solidária carrega consigo um processo de educação que constrói outra economia a partir do chão de vida e trabalho de quem a pratica no meio urbano e rural. Nas duas primeiras Conferências Nacionais de Economia Solidária, realizadas em 2006 e 2010, as delegadas e delegados aprovaram a criação de um Centro de Educação em Economia Solidária (formação e assessoria) com vista a disputar os recursos públicos para este fim, dando origem ao CFES.

O CFES tem uma atuação regional e nacional com o objetivo de formar educadoras e educadores em Economia Solidária que trabalhem com a formação, a assessoria técnica, a elevação de escolaridade, a inclusão digital e o acesso às tecnologias pelas trabalhadoras e trabalhadores da economia solidária, segundo a Secretaria Nacional de Economia Solidária, em 2009.

A primeira fase do CFES foi de 2009 a 2012, e a segunda de 2013 a março de 2018. Nas duas fases o CFES-NE teve a coordenação institucional da Universidade Federal Rural de Pernambuco, sob a responsabilidade do Departamento de Educação, resultado de seleção de editais do Ministério do Trabalho e Emprego.

Cabe ressaltar, que desde o seu nascedouro, o CFES-NE foi orientado pela ação político-pedagógica das representações das educadoras e educadores, pelos Fóruns Estaduais de Economia Solidária e outras Redes e Movimentos Sociais, componentes do Conselho Gestor.

O Nordeste (NE) tem uma longa tradição na construção de ideais e práticas de educação popular e libertadora. Diante disso, buscamos trazer as pessoas e organizações envolvidas com a construção de outras pedagogias e metodologias para gestar e parir um novo conhecimento que, inspirado em nosso contexto territorial e nos povos originários, tradicionais, oprimidos e explorados, incluindo mulheres e homens, nos dê conta de fazer uma outra economia, baseada em relações sociais de cooperação, solidariedade, equidade de gêneros, respeito à nossa cultura e espiritualidade, de amorosidade e harmonia com os outros seres vivos que compõem nossa casa e nosso mundo.

As atividades realizadas reuniram: apoio a articulação das educadoras e educadores em economia solidária, seminários regionais, oficinas locais, cursos estaduais e regionais e publicações.

Os três Cursos Regionais de Formação Autogestionária de Educadores e Educadoras Populares em Economia Solidária foram realizados por polos, com a junção dos seguintes estados: polo Maranhão, Piauí e Ceará; polo Rio Grande Norte, Paraíba e Pernambuco; polo Alagoas, Sergipe e Bahia. Todos aconteceram no período de julho de 2015 a agosto de 2016, com o envolvimento de redes, coletivos e núcleo de educadores e educadoras populares dos estados da Região, entre outros movimentos populares e instituições.

Os cursos tiveram como objetivo promover a formação autogestionária e o intercâmbio entre as educadoras e os educadores em economia solidária do Nordeste, a partir das demandas apresentadas por elas e eles, e construir referências para a educação popular em economia solidária por meio das vivências e da valorização dos diversos saberes. A educação popular exerce uma função primordial na vida dos sujeitos, educadores e educadoras, como ação libertadora que nos permite transcender a outra dimensão e transitar em contextos distintos, com um novo olhar. Ela sempre nos oferece abertura para romper barreiras e ultrapassar limites na busca permanente por novos mundos.

A partir do exercício metodológico e pedagógico sobre o que estudar, como estudar e por que estudar, na construção autogestionária do currículo, as participantes e os participantes desses cursos definiram os temas e pesquisas que consideravam importantes para a educação em economia solidária no Nordeste. Neste caderno, reunimos dois textos: **“Acesso a mercados e compras institucionais: a experiência de associações de agricultoras e agricultores com o PAA e o PNAE”**, escrito por Vanuza Vieira; e **“Finanças solidárias”**, escrito por Cristina Gusmão.

As pesquisas–ação que servem de inspiração ao tema acesso aos mercados institucionais foram realizadas pela educadora Vanuza Vieira, com orientação metodológica de Alzira Medeiros, e pelo educador popular Messias Calazans, sob orientação de Mônica Vilaça. Ambas são coordenadoras pedagógicas do CFES–NE. As pesquisas foram feitas junto a agricultoras e agricultores familiares de duas comunidades rurais nordestinas.

Também foram duas as pesquisas–ação sobre as experiências com as finanças solidárias: **“As relações e interações entre banco comunitário e comunidade”**, realizada por Mauro Rodrigues da Silva, Maria Claudina dos Santos Oliveira e Tatiana Georgia M. Torquato, em Pedro II, no Piauí; e **“Agricultura familiar com base nos fundos solidários da criação de suínos na Paraíba”**, realizada por Maria José Felipe Filha e Andreza Alves Rodrigues Guimarães, na comunidade Tobias Ribeiro, em Juarez Távora, na Paraíba. Ambas com a orientação metodológica de Alzira Medeiros.

As questões que emergem neste caderno brotaram das pesquisas–ação realizadas, como já mencionamos. Entretanto, não vamos aqui apresentar os relatórios, mas trazer algumas reflexões a partir do olhar e das experiências das autoras sobre os resultados e desafios da pesquisa, e de suas sugestões de continuidade para avançarmos na educação popular em economia solidária, que acena de maneira interessante para futuros mergulhos no cotidiano das experiências no chão de vida e de trabalho.

Boa leitura.

Alzira Medeiros e Mônica Vilaça
coordenadoras pedagógicas do cfes–ne

Como foi dito na apresentação deste caderno, vamos trazer um exercício de reflexão sobre as duas pesquisas-ação realizadas com agricultores e agricultoras familiares de duas comunidades rurais nordestinas. Uma das pesquisas foi realizada na comunidade de Aruanda, município de Itanhém, Território de Identidade do Extremo Sul da Bahia, por Vanuza Vieira; e a outra foi feita no Assentamento Vaza Barris, município de Pinhão, Território Agreste Central Sergipano – SE, por Messias Calazans.

Assim, apresentamos aqui uma análise sobre as condicionantes de acesso às políticas públicas de compras governamentais – Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) –, principalmente no que se refere às exigências para acesso aos programas. Também nos debruçamos sobre as estratégias desenvolvidas pelas associações para a superação dos desafios e os impactos gerados nas comunidades que acessaram essas políticas públicas.

*A busca pelo
Bem Viver
na agricultura
familiar*

Ao contrário do que muitos pensam, o Bem Viver não se trata de mais uma alternativa de desenvolvimento, mas de uma concepção de vida inspirada no modo de ver e se relacionar com o mundo dos povos originários dos Andes e Amazônia, com respeito à diversidade e à natureza. Conforme assinala Alberto Acosta, em seu livro *Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos*, publicado no Brasil em 2017, para construir o Bem Viver é preciso uma outra economia, que se reencontre com a natureza e atenda às demandas da sociedade, não do capital.

Esta outra economia deve ser pautada nos princípios de solidariedade, harmonia e responsabilidade, visando à construção de um sistema econômico de base comunitária, vinculado à proteção do meio ambiente, promotor de igualdade e justiça social. Desta forma, coloca-se contrária aos valores defendidos pelo capitalismo, que se fundamenta na ampliação constante do consumo em função da acumulação do capital.

Assim, o Bem Viver sugere uma mudança para além dos sistemas produtivos, sobretudo, nos padrões de consumo, de modo que permita satisfazer as necessidades atuais sem afetar as oportunidades das futuras gerações, constituindo um ambiente favorável à estabilidade e harmonia nas relações estabelecidas entre o ser humano e outros seres não humanos, traduzindo-se em qualidade de vida.

No Brasil, ainda não há um acordo no debate sobre a relevância e a função que a agricultura familiar desempenha no país, embora exista um conjunto de produções acadêmicas que comprovam as vantagens da agricultura familiar em relação ao agronegócio. O que parece evidente é a vinculação entre as formas de agricultura praticadas pela agricultura familiar e o Bem Viver, pois, de maneira geral, esta agricultura preocupa-se com os impactos que sua ação pode oferecer sobre a natureza e nas relações sociais dos territórios onde se insere.

A dinâmica de produção da agricultura familiar tem como princípios a diversificação das práticas produtivas pautadas no respeito ao meio ambiente e à pluralidade de seres vivos que o habitam. O que certifica a qualidade da produção e o potencial da agricultura familiar é a forma como ela se desenvolve, contribuindo para o fortalecimento dos vínculos familiares, a conservação da biodiversidade, a permanência do homem e da mulher no campo, a segurança alimentar, a qualidade agroecológica, entre outras coisas.

O acesso ao mercado sempre foi um dos principais problemas enfrentados pelos agricultores e agricultoras familiares. Quem produzia com a finalidade de escoar

compras públicas ou mercados institucionais

São realizados por prefeituras e governos estaduais ou federal entre outras para alimentar as instituições públicas. No caso da alimentação, são adquiridos produtos naturais, oferecidos a escolas, hospitais ou outras instituições públicas. Estas compras alimentam aquilo que chamamos de mercados institucionais, pois são feitas por instituições públicas.

o excedente da produção se deparou com esse obstáculo durante anos.

A ausência de políticas públicas de compras institucionais voltadas para os agricultores e agricultoras familiares era uma das grandes barreiras à comercialização.

A partir da luta de agricultoras e agricultores familiares organizadas e organizados em movimentos sociais do campo, em 2 de julho de 2003 foi promulgada a Lei nº 10.696, que cria o

Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Inicialmente gerido pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), o PAA adquire a produção da pequena agricultura, na modalidade mais acessada pelas organizações da agricultura familiar – a doação simultânea –, e realiza a entrega da produção a entidades filantrópicas e órgãos públicos de assistência social. Em 2009, após intensos

debates dos movimentos sociais do campo que lutam pela garantia de direitos da agricultura familiar e pela soberania e segurança alimentar e nutricional, reunidos em especial no Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA), conseguiu-se a aprovação da Lei nº 11.947/09 – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), que em seu artigo 14 estabelece:

“Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas.”(grifo nosso).

O PNAE é o Programa Nacional de Alimentação Escolar, mantido pelo governo federal e gerenciado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Por vários aspectos, como a dispensa de licitação, aquisição com doação simultânea a entidades locais, essas políticas públicas se converteram em uma ferramenta de protagonismo da agricultura familiar.

A função de qualquer política pública designada para o fortalecimento da agricultura familiar é a de aumentar as “possibilidades” dos agricultores e das agricultoras para que possam ter igualdade de direitos em nossa sociedade. Essas políticas devem ser elaboradas no sentido de permitir que a maioria dos agricultores e agricultoras familiares possa acessá-la, possibilitando-lhes gerar renda e melhorar suas condições de vida, bem como qualificar as relações entre os seres humanos e não humanos.

Para o acesso ao PNAE e ao PAA, é indispensável que os agricultores e agricultoras familiares estejam organizados sob alguma forma – associação ou cooperativa, por

exemplo – e que no mínimo 70% de seus sócios tenham a Declaração de Aptidão (DAP) ao Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

Um grande número de associações e cooperativas da agricultura familiar está conseguindo acessar o PAA em âmbito municipal e regional, no entanto, o programa tem consolidado exigências sanitárias e burocráticas que estão fora do contexto da agricultura familiar, em especial do Nordeste. Quanto ao PNAE, os municípios com maiores demandas têm dificuldade de comprar dos agricultores e das agricultoras, seja pela fragilidade das suas organizações, que muitas vezes não têm produção suficiente, seja pela burocracia imposta pelos próprios compradores públicos, como, por exemplo, o excesso de documentação ou, ainda, um cardápio inadequado à realidade de produção das famílias.

Com o mergulho nas pesquisas-ação, buscaremos analisar as dificuldades e avanços dessas políticas públicas, principalmente quanto à condição de acesso das agricultoras e dos agricultores. Veremos também como elas e eles criam estratégias para a superação dos desafios e o enfrentamento dos impactos gerados nas comunidades que acessaram as compras governamentais através do PAA e PNAE.

O assentamento Vaza Barris

A comunidade rural do assentamento Vaza Barris está localizada a 6 quilômetros do município de Pinhão, no estado de Sergipe (conforme mostra a Figura 1).

A ocupação da propriedade se deu através da mobilização popular. Após seu abandono pelos herdeiros do proprietário original (Sr. Antonio de Dorinha), o STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pinhão organizou algumas famílias sem terra e solicitou uma vistoria ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Em 1996, o Incra finalizou o processo de desapropriação e, em 1998, as famílias receberam os títulos de posse definitivos, com uma área de 60 tarefas

para cada família. Na BA uma tarefa é igual a 4.356 m², menos que 1 hectare que mede 10.000 metros quadrados.

figura 1



O processo produtivo da comunidade é baseado na agricultura, tendo como culturas principais o roçado de milho e feijão, abóbora, macaxeira (mandioca) e maracujá. Como atividade complementar, as famílias também criam pequenos animais, como ovelhas e galinhas, por exemplo.

O município de Pinhão e, conseqüentemente, o assentamento Vaza Barris estão alocados no Território do Agreste Central Sergipano, que possui uma população de 222.197 pessoas e é marcado ainda pela presença de pequenas indústrias de cerâmica e de material de transporte e por ser o principal distribuidor de produtos hortifrutigranjeiros do Estado.

resumo da pesquisa-ação

A luta pela autonomia dos agricultores e das agricultoras familiares do Projeto Assentamento Vaza Barris

manoel messias c. de oliveira

O presente estudo vem discutir a luta pela autonomia dos agricultores e das agricultoras familiares do Projeto Assentamento Vaza Barris, no município de Pinhão, em Sergipe (SE), a partir da forma como tais agricultoras e agricultores desenvolvem seu trabalho com a terra e com a lavoura e realizam a comercialização de sua produção para o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA.

A comunidade Assentamento Vaza Barris é resultado do processo de assentamento de 50 famílias em uma fazenda abandonada que foi reivindicada pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pinhão junto à Superintendência do Instituto de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. O assentamento começa em 1997 e, no ano seguinte, seus moradores e suas moradoras conquistam o título de posse da terra.

Desde então, as agricultoras e os agricultores passaram a cultivar milho, feijão, abóbora, macaxeira e maracujá e também a criar pequenos animais, como ovelhas e galinhas. No início, costumavam trocar entre si os produtos e também realizavam campanhas para a construção de uma capela que favoreceria os festejos da comunidade.

Com o passar do tempo, as agricultoras e os agricultores buscaram outras formas de comercializar seus produtos, recorrendo, assim, ao PAA, mas se depararam com um problema: a necessidade do Selo de Inspeção Municipal (SIM) para participar de processos de compras governamentais. A solução construída na comunidade foi obter o SIM através de um agricultor e organizar a comercialização de todos os produtos através dele.

A atividade da pesquisa-ação desenvolveu-se por meio de oficinas, a partir do entendimento de que a educação popular em economia solidária é uma prática social que leva o sujeito homem e mulher a refletir e se transformar. Nesse processo, foi preciso estudar a pedagogia do oprimido, de Paulo Freire, para entender que a metodologia a ser aplicada nas oficinas deveria ser baseada no respeito e na escuta do outro.

Como resultado, observamos que este espaço de reflexão ajudou a comunidade a fortalecer a solidariedade entre seus integrantes e suas integrantes, a reconhecer estratégias para a construção da autonomia e a valorizar a produção de alimentos agroecológicos.

A comunidade de Aruanda

A comunidade de Aruanda está localizada a 8 quilômetros da sede do município de Itanhém, na Bahia, no Território de Identidade do Extremo Sul do Estado. Este território é composto por 13 municípios e, segundo o censo do IBGE de 2010, tem uma população de 416.989 habitantes, sendo que 76,78% residem em área urbana e 23,21% em área rural.

Aruanda é referência no município pela sua organização. A comunidade é constituída por 66 famílias proprietárias de pequenas áreas, entre 5 e 20 hectares, onde conciliam a produção agrícola, através de práticas agroecológicas, e a criação

de gado, que é feita em pequena quantidade por conta do tamanho das propriedades.

Em 1998, com assessoria do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, da ONG Terra Viva e da Prefeitura Municipal, foi fundada a APPRA – Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Aruanda, constituída por agricultores e agricultoras familiares, com o objetivo

de contribuir para a transição agroecológica das famílias. Para isso, era importante organizar a produção e a comercialização e construir processos de organização local para que a comunidade pudesse ser mais autônoma.

Em 2006, os canais de comercialização acessados pelos agricultores e agricultoras eram principalmente a feira livre e o atravessador. O grupo sentia a necessidade de buscar outras formas de comercialização e, por isso, em 2008, conseguiu acessar pela primeira vez o PAA.

Embora não haja consenso sobre o conceito de transição agroecológica, diferentes leituras nos levam a afirmar que este é um processo de implantação de formas de produção, comercialização e consumo que respeitam os ecossistemas naturais, garantindo o acesso à terra fortalecimento das lutas camponesas por igualdade de direitos e pela transformação social.

O município de Itanhém, que possui 20.216 habitantes, tem um problema muito sério, como a maior parte dos municípios no Brasil: a maioria das terras com condições favoráveis para o cultivo de alimentos está concentrada nas mãos de grandes pecuaristas. A agricultura familiar tem se desenvolvido em pequenas propriedades, com dificuldade de acesso e poucas condições para se expandir, por exemplo, quando aumentam as necessidades dos membros das famílias. Os produtos hortifrutigranjeiros dos supermercados da cidade vêm do Ceasa de Vitória, capital do Espírito Santo, visto que a produção da agricultura familiar local não é suficiente para o seu próprio sustento e o abastecimento da feira livre, dos supermercados e, agora também, dos programas governamentais.

resumo da pesquisa-ação

O Acesso ao Programa de Aquisição de Alimentos e ao Programa Nacional de Alimentação Escolar por agricultores e agricultoras familiares da Associação de Aruanda, em Itanhém – BA

vanuza neves vieira

O acesso aos mercados sempre foi um dos principais gargalos enfrentados pelos agricultores e agricultoras familiares que produziam com essa finalidade. A ausência de políticas públicas de compras institucionais era um grande obstáculo à produção.

Instituídos em 2003, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) surgiram como resposta aos debates e demandas dos movimentos sociais que buscavam alternativas à insegurança alimentar e ao enfraquecimento da agricultura familiar. Por diversas razões, como a dispensa de licitação e a aquisição com doação simultânea para entidades locais pelo poder público, essas políticas públicas se converteram em uma ferramenta de protagonismo da agricultura familiar.

O município de Itanhém foi o primeiro do Extremo Sul da Bahia a acessar o PAA. Para apreender informações e reflexões que permitissem ampliar o conhecimento crítico sobre estas práticas, foi realizada uma pesquisa-ação junto a Agricultores e Agricultoras familiares da Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Aruanda (APPRA) que, desde 2008, têm acessado o PAA e, a partir de 2010, o PNAE.

No campo metodológico, foram utilizados os referenciais teóricos propostos por Michel THIOLENT, no livro *Metodologia da Pesquisa-Ação*, publicado em 1985, e ferramentas técnicas de Diagnóstico Rápido Participativo (DRP), conforme preceituado por Frans GEILFUS, em *80 Ferramentas para o Desenvolvimento participativo: diagnóstico, planificación, monitoreo, evaluación*, publicado pelo Prochamate-IIICA, em 1997. E para a abordagem teórica sobre agroecologia, recorreremos às contribuições de Alzira MEDEIROS; Maria Virginia AGUIAR; Ana DUBEUX no livro *Agroecologia na convivência com o semiárido: experiências vividas, sentidas e aprendidas*, publicado em 2015, bem como a Ivani GUTERRES no livro *Agroecologia Militante: Contribuições de Enio Guterres*, publicado em 2006 e Miguel ALTIERI, em *Agroecologia: A Dinâmica Produtiva da Agricultura Sustentável*, livro publicado no Brasil em 1998, que foram um importante suporte.

Apesar das significativas mudanças oriundas do acesso ao mercado, especialmente na ampliação da renda, a APPRA sentia a necessidade de gerar reflexões sobre essas ações. A concentração de todos os esforços no acesso ao mercado, centralizando as estratégias de comércio no PAA e PNAE, é questão que a pesquisa-ação buscou responder.

A pesquisa aferiu que a APPRA avançou consideravelmente na sua capacidade de mobilização e produção, tornando-se referência municipal pelo nível organizacional. Entretanto, necessitava ampliar as possibilidades para o alcance do bem viver das pessoas envolvidas na associação e da comunidade. O trabalho realizado fortaleceu o vínculo com os atores da pesquisa, e a imersão no cotidiano da agricultura familiar possibilitou reconhecer um universo peculiar onde as situações vivenciadas têm mobilizado as mulheres e os homens envolvidos na associação para que, de forma autônoma, definam suas prioridades e ações na superação dos problemas.

*Acesso ao mercado
institucional:
da lei à prática do povo*

Numa perspectiva orientada pela propaganda oficial do PAA e do PNAE, bem como pelos intensos relatos das comunidades e órgãos de assessoria sobre essa forma de acesso aos mercados institucionais, esses programas são vistos como uma maravilhosa política pública que tem levado ao crescimento socioeconômico de inúmeras comunidades rurais Brasil afora.

Diante desse contexto, e tendo em mente a importância da comercialização para a agricultura familiar e suas iniciativas de economia solidária, a educadora e o educador à frente da pesquisa-ação se propuseram a realizar uma reflexão sobre o tema, buscando, junto com as comunidades, mobilizar um conhecimento

mais aprofundado sobre o acesso às referidas políticas públicas.

resiliência

Um termo muito utilizado nas ciências naturais e está ligado à capacidade dos sistemas socioprodutivos de resistir às crises, persistir e superá-las, sejam elas financeiras, climáticas, organizacionais, entre outras.

No entanto, o que se viu no “chão das comunidades” não foi uma receita agroecológica pronta de como produzir e acessar o PAA e o PNAE. Observou-se um processo de aprendizagem contínuo, em que a engenhosidade

humana e a resiliência da agricultura familiar são testadas no seu cerne, para superar e suprimir diferentes barreiras impostas pela burocracia estatal, pela concorrência do agronegócio, ou mesmo pelos conflitos e insensibilidades inerentes à estrutura agrária com a concentração de terras.

O acesso ao mercado através do PAA e PNAE, de acordo com as pesquisas-ação realizadas, constitui-se principalmente como ferramenta de inclusão socioeconômica das comunidades. Mas esse acesso também gera adversidades que devem ser tratadas cotidianamente, como, por exemplo: a necessidade de

ampliação da produção, o fortalecimento organizacional ou, pura e simplesmente, a manutenção da associação local no programa.

Vale destacar que, em cada comunidade, os agricultores e as agricultoras familiares tiveram que remodelar algumas das suas rotinas para garantir a participação nos mercados institucionais:

- Em Aruanda, o que ficou evidente como principal estratégia de adaptação aplicada é que os agricultores e as agricultoras não se apegam ao que está descrito como “sua entrega” nos projetos de venda. Para eles, o que importa é que o maior número de agricultores e agricultoras participe do programa, seja entregando pequenas quantidades de produto cada um, ou mesmo um substituindo o outro no calendário de entregas. Além disso, a pesquisa-ação demonstra que o monitoramento mensal das entregas de cada família cadastrada fortalece os laços de solidariedade, pois elas se ajudam para garanti-las. Por outro lado, as famílias têm reduzido as outras estratégias de comercialização e produção. Por exemplo, a participação em feiras livres é hoje considerada muito trabalhosa. Além disso, a inclusão de determinado produto no projeto de entrega para o poder público amplia sua produção em detrimento de outros itens, gerando monocultivo e dependência dos agricultores em relação à política pública.
- Em Vaza Barris, a solidariedade se manifestou quando um agricultor por seus próprios esforços, conseguiu licença na vigilância sanitária para um pequeno frigorífico e, com isso, passou a receber toda a produção animal da comunidade, beneficiando-a e repassando-a para o PNAE. Assim, um potencial concorrente, que poderia anular o fornecimento e os ganhos de toda a comunidade, tornou-se um parceiro que a fortalece.

No entanto, as comunidades, em geral, não conseguem romper as barreiras impostas pelas legislações sanitárias, que normalmente são determinadas a partir da lógica dos grandes grupos do agronegócio.

As pesquisas demonstram ainda que a inserção das famílias nestes programas é muito importante para a ampliação do aprendizado com a educação popular, para a inclusão social e para o desenvolvimento integral dos indivíduos que deles participam.

A transição agroecológica já é praticada por muitos agricultores e agricultoras nas comunidades pesquisadas, por fazer parte da lógica das famílias que as compõem. Assim, os educadores e educadoras populares consideraram muito importante analisar o conteúdo técnico e político desses programas de políticas públicas para sistematizar informações e reflexões que permitam ampliar o conhecimento crítico sobre as práticas, identificar possíveis orientações comuns que possam apoiar outras iniciativas e conhecer melhor a metodologia de ação das organizações que desenvolvem e contribuem para a construção destas políticas públicas.

Hoje, considera-se que as organizações e comunidades têm conseguido incluir os agricultores e as agricultoras em vários debates. Mas, ainda assim, há algumas fragilidades que brotam da necessidade de formação e de busca por novos conhecimentos. Dessa forma, compreende-se que o processo de aprendizagem deve se pautar não somente na evolução da renda ou nos avanços no plano educacional, mas, sobretudo, no fortalecimento da autoestima, da confiança mútua e da percepção de cada pessoa como ser único, cidadão e cidadã e sujeito do processo.

Por outro lado, as pesquisas-ação revelaram que as relações humanas e as prioridades de cada ser individualmente têm rebatimentos sobre a estratégia

coletiva das comunidades. Em determinados cenários, a aspiração por uma nova economia, baseada em princípios de solidariedade, desenvolvida por pessoas com elevado censo de coletividade, como o Sr. Aurelino Pereira de Oliveira, de Vaza Barris, incentiva a comunidade e a organização comunitária a construir alternativas para o seu crescimento coletivo. Como já mencionamos, pessoas com senso coletivo conseguem que toda comunidade tenha as mesmas oportunidades de acesso. Mas, outras vezes, a condição de satisfação da maioria leva a organização a se acomodar e não buscar o bem viver coletivo, deixe de lutar pela melhoria das condições de outras famílias envolvidas.

*A chegada ao chão
de vida e trabalho das
experiências por meio
da pesquisa-ação*

A pesquisa-ação é um processo de investigação que se insere na realidade para ajudar a resolver questões coletivas através da intervenção e interação entre pesquisadores e pesquisadoras e participantes da pesquisa, como nos esclarece Michel Thiollent, pesquisador francês que mora há muitos anos no Brasil e é estudioso do tema, no seu livro Metodologia da Pesquisa-ação, publicado em 2011. Pelo fato de se relacionar de perto com a realidade, a pesquisa-ação promove mudanças significativas por meio do autoconhecimento, através dos processos de autorreflexão coletiva. Pode ser uma alternativa interessante para os processos de construção do conhecimento que articulam ação e reflexão, de onde emergem novos saberes mediante intervenção.

Para obter informações mais precisas sobre determinadas questões, os pesquisadores e as pesquisadoras procuraram investigar e analisar a realidade para apoiar as duas comunidades, cada uma em seu território, na busca por informações relevantes que trouxessem à superfície elementos não revelados da situação vivenciada. Nesse caminhar, os atores mulheres e homens envolvidos e envolvidas decidiram as estratégias de pesquisa, uma novidade, avaliando posturas e promovendo mudanças, com o objetivo de melhorar as práticas, reaprendendo o que já se havia aprendido.

Paulo Freire escreveu no livro a Pedagogia do Oprimido, publicação de 2005, na página 100, que “a investigação temática, que se dá no domínio do humano e não no das coisas, não pode reduzir-se a um ato mecânico. Sendo processo de busca, de conhecimento, por isto tudo, de criação, exige de seus sujeitos que vão descobrindo, no encadeamento dos temas significativos, a interpretação dos problemas”.

Mais que um levantamento de informações, a pesquisa-ação demanda uma atuação conjunta dos sujeitos envolvidos no processo, cooperando para resolver os entraves identificados. A apresentação dos objetivos do Curso Regional de

Formação Autogestionária de Educadoras e Educadores Populares em Economia Solidária do CFES/NE e o processo da pedagogia da alternância para a construção das pesquisas no tempo de campo favoreceram a compreensão da perspectiva da ação em que a pesquisadora e o pesquisador estavam inseridos.

A proposta de pesquisar o acesso a mercados institucionais foi acolhida pelos grupos em cada comunidade, dada a necessidade de refletir mais profundamente sobre as experiências desenvolvidas – uma vez que as associações não haviam feito essa reflexão ou avaliação sobre o acesso aos programas de compras governamentais –, como também de construir novos conhecimentos e ressignificar saberes antigos, que se distanciaram com os afazeres da labuta diária.

Como o pesquisador e a pesquisadora já tinha uma relação anterior com os grupos das pesquisas criou um ambiente acolhedor e de confiança recíproca, o que facilitou a aceitação das metodologias propostas em cada experiência. Para a realização dos trabalhos, buscou-se contemplar as questões práticas, mas articulando-as com o debate, ou seja, com a reflexão sobre o cotidiano vivido pelas diferentes associações. Isso foi feito levando em conta os limites do tempo determinado para a pesquisa no período de alternância do curso e o tempo dos grupos.

Desta maneira, foi adotada a orientação metodológica para realização das pesquisas elaborada durante o Curso Regional, composta das seguintes etapas: a) reunião com as associações para apresentação da proposta da pesquisa; b) sensibilização das associações para sua realização; c) oficina com utilização de ferramentas para registro histórico das experiências, entre outras estratégias.

Na comunidade de Aruanda, antes da realização da oficina foi feito um levantamento prévio de dados secundários sobre a experiência, como, por exemplo, informes, relatos, projetos desenvolvidos, documentos contábeis, visitas aos espaços de produção, entre outros. Na oficina em Vaza Barris, foram realizados debates sobre a diferença da produção agroecológica para a produção convencional, como uma necessidade do grupo participante.

A proposta metodológica da pesquisa-ação permite a integração entre os sujeitos, homens e mulheres, e da pesquisa. Por meio de **ferramentas pedagógicas adaptadas aos contextos populares**, criou-se um ambiente onde os grupos se sentiram confortáveis e seguros para o início de um processo que ultrapassaria a coleta de dados, buscando, sobretudo, o estímulo à reflexão e o chamado à disponibilidade para efetuar mudanças a partir dos resultados da **ação pedagógica coletiva, transformando as práticas**.

A ausência de informações anteriores mais organizadas levou a pesquisadora e o pesquisador a mergulhar no cotidiano das experiências. Os laços anteriores de ambos com os agricultores e agricultoras familiares foram alicerces para o diálogo nas idas e vindas às comunidades.

A metodologia utilizada contribuiu para a **busca coletiva de informações a partir da vivência cotidiana dos/as agricultores/as familiares**, procurando organizar e refletir sobre os saberes que mulheres e homens adquiriram com a prática, através do exercício de se **desviar da cilada da postura tecnicista de achar que a solução dos profissionais está acima dos demais saberes**. O processo vivido possibilitou averiguar a percepção das pessoas em relação ao trabalho realizado com os grupos, estimulando a participação e a revisão do processo vivenciado ao longo dos anos, permitindo que todos e todas pudessem concluir que a prática cotidiana muitas vezes impedia a cada um e a cada uma de fazer uma reflexão

mais aprofundada sobre suas próprias estratégias de ação. Isso provocou nos grupos a necessidade de buscar respostas a algumas perguntas: O que fizemos? O que e quanto produzimos? O que e quanto vendemos nesses últimos anos? O que isso significou para nós?

A pesquisa suscitou o olhar crítico, permitindo aos sujeitos, mulheres e homens em cada comunidade, se autorreconhecer dentro do processo, apontar erros e acertos e refletir sobre suas práticas, a partir das relações estabelecidas. Além disso, revelou um universo com muitos obstáculos a serem superados, mas também com potencial para produzir mudanças, desde que estas não atrapalhem a autonomia e protagonismo dos agricultores e agricultoras familiares e nem os/as coloque numa situação de dependência da assistência técnica e das políticas públicas.

*O desafio da
adaptação das
comunidades às
políticas públicas.
Ou o inverso?*

Em Aruanda e Vaza Barris, após a pesquisa-ação, ficou evidenciado que a implantação de “novidades” é um processo que tende a ser facilitado quando se rompe com os preconceitos pessoais e coletivos. Estes processos de autorreconhecimento, reconhecimento de problemas, aceitação da necessidade de mudança, construção e implantação de inovação ajuda as comunidades e famílias no enfrentamento de suas dificuldades, sejam elas produtivas, organizacionais ou na perspectiva do acesso a mercados.

Muitos destes problemas dizem respeito à dificuldade de confiar no outro e na outra, à descrença em atividades coletivas, ou mesmo à falta de pessoas que possam coordenar os grupos de maneira mais eficaz. Para o acesso coletivo aos mercados, **o fator tempo** tem exigido alteração nos processos de produção. O fato de as famílias de Aruanda já conviverem há mais de 40 anos é algo que ajuda na organização coletiva. Lembrando que, em seu percurso, essa vivência inclui também as relações que os seres humanos estabelecem com a vegetação, os fenômenos naturais, a espiritualidade, dentre muitas outras interações coexistenciais.

Paulo Freire, em 1976, no livro *Educação e mudança*, escreveu sobre a importância da ciência e da tecnologia estar a serviço da humanização e da libertação de homens e mulheres, e o compromisso das educadoras e dos educadores de fazê-las instrumentos para lutar pela transformação social ao lado dos homens e mulheres que buscam justiça, rompendo com a ideia de neutralidade.

Assim, existem processos culturais que carecem ser conhecidos e reconhecidos. O reconhecimento de outros modos de vida e do acúmulo das comunidades populares e tradicionais com seus valores morais, sociais, estéticos e seu fazer produtivo é fator determinante para o estabelecimento de laços de confiança. Por isso, **é muito importante que as comunidades disponham de tempo para maturar as inovações propostas pelas políticas públicas e outros agentes externos.** Carlos

Rodrigues Brandão, outro estudioso da educação popular, escreveu em seu livro *O que é educação popular*, em 1981 que cabe a educação instigar os homens e mulheres a criar e propor novas descobertas, a criticar o novo e o velho e não subordinasse à valores contrários a sua cultura.

As pesquisas revelaram, ainda, que **garantir o espaço-tempo** das organizações, comunidades e famílias é imprescindível para que as relações de confiança sejam estabelecidas através de acordos claros, que proporcionem às envolvidas e aos envolvidos reconhecer uma relação recíproca.

A confiança estabelecida é um passo importante na construção de uma relação de reciprocidade, pautada na solidariedade, no respeito aos saberes prévios do indivíduo e da comunidade. Este aspecto da valorização do conhecimento local, de compreensão das nuances socioeducativas e da redefinição dos papéis da comunidade e dos agentes externos é fator preeminente no sucesso da socialização de uma nova forma de experimentação de produção, comercialização e consumo necessária à consolidação da agroecologia, da valoração de aspectos humanos, a exemplo das questões de gênero e geração nas organizações locais, e de um novo processo que gere justiça social para as agricultoras e os agricultores familiares e para a população das periferias urbanas. Isso é o que propõe a economia solidária, em respeito ao modo de vida do campesinato no Nordeste e diante das desigualdades sociais e históricas.

Após a análise das relações que ocorreram em Aruanda e em Vaza Barris, entre os sindicatos de trabalhadores rurais, ONGs de assessoria, comunidades e associações comunitárias, **reconhece-se que a clareza dos acordos, na maioria das vezes apenas verbais, é um fator que facilita a construção coletiva de conhecimentos técnicos e de uma ética. Estes acordos baseados na confiança e na definição de**

responsabilidades, mostram-se necessários para o acesso a diferentes mercados, pois contribui para a organização coletiva e para a autogestão.

Neste sentido, as relações de parceria assumem uma função de qualificador do espaço-tempo e, acima de tudo, contribuem fortemente para o processo de acúmulo de saberes das comunidades. Por exemplo, **a transição agroecológica é um processo que requer múltiplas mãos.** A multiplicidade de parceiros envolvidos, desde que garantida uma definição clara e objetivo de papéis, possibilita um ambiente de cooperação que favorece a sustentabilidade das comunidades.

A parceria entre sindicatos, associações de pequenos produtores, ONGs de assessoria, comunidades motivadas e organizações públicas que querem fortalecer a agricultura familiar potencializa o acesso a políticas públicas como o PNAE, de forma a torná-las um processo de emancipação econômica e social. As comunidades reconhecem os avanços obtidos em cada nível de relação. Estes se multiplicam em diversas dimensões da vida: melhoria da qualidade alimentar, aumento de ganhos monetários e não monetários, fortalecimento da transição agroecológica, melhoria da organização comunitária e de suas entidades representativas.

tecnologias sociais

São tecnologias que podem aparecer em forma de produto ou de processo e que são pensadas de maneira coletiva pelas comunidades, a partir das necessidades presentes em suas realidades. Estas tecnologias são participativas desde quando estão sendo planejadas até o momento em que são postas em prática pelas comunidades que a pensaram.

Além do respeito ao tempo de construção da confiança e da multiplicidade de parcerias, outro aspecto que aparece nos processos estudados é que **o acesso aos mercados institucionais provoca o surgimento de tecnologias sociais**, muito importantes para o fortalecimento das comunidades rurais.

Um exemplo claro é o Fundo Rotativo Solidário (FRS), gestado pela comunidade de Aruanda, que estabeleceu de forma democrática os critérios de acesso e de definição das estratégias produtivas, comerciais ou de infraestrutura, ajustando-se às condições socioeconômicas das famílias e servindo para fortalecer as relações de confiança mútua, aprendizagem coletiva e desenvolvimento comunitário.

Assim, as comunidades de Aruanda e Vaza Barris demonstram que as tecnologias não devem ser reducionistas ou conteudistas, ao contrário, devem permitir a

ampliação de seus usos e de recriação e adaptação, envolvendo saberes e fazeres vivenciados pelas famílias para a busca de sua sustentabilidade, desde a produção até a comercialização, incluindo seus valores éticos e estéticos.

Para o/a leitor/a mais curioso/a sobre os FRS, sugerimos a leitura do texto sobre *Finanças Solidárias*, neste caderno.

Neste sentido, a adaptabilidade às políticas públicas de acesso ao mercado tem sido um desafio constante para as comunidades, que necessitam “dar nó em pingo d’água” para conseguir cumprir as regras e normas de políticas públicas como o PNAE. Nos grupos que participaram das pesquisas, alguns exemplos demonstram a capacidade criativa das comunidades em subverter o modo de funcionamento das políticas públicas, como, por exemplo:

- Grupos com mais de 30 agricultores e agricultoras agem como parceiros na comercialização de alimentos. Assim, uma comunidade assina o contrato junto ao ente público e consegue comercializar a produção de diversas comunidades, sendo que a lógica do mercado e da política pública é tratá-las como concorrentes.

- Um agricultor implanta um frigorífico particular, ou uma fábrica privada de polpa de frutas, e recebe a matéria-prima dos vizinhos produtores para repassar o produto final com um preço menor, reduzindo seus próprios ganhos.
- Uma Prefeitura ouve a comunidade para saber o calendário e a previsão da produção e organiza espaços de debate entre gestores e gestoras educacionais e agricultores e agricultoras, a fim de construir uma chamada pública adaptada à comunidade fornecedora e consumidora.

Julian Perez Cassarino, no texto “Elementos estruturais do atual sistema agroalimentar e seus efeitos sobre a inflação de alimentos, agricultura familiar e a promoção do direito humano à alimentação adequada”, publicado na cartilha A agricultura familiar e o direito humano à alimentação: conquistas e desafios, pela Câmara Federal, em 2015, nos ajuda nesta reflexão quando diz que “a agricultura familiar e camponesa se caracteriza como o espaço social, econômico, produtivo e cultural que, historicamente, esteve atrelado à diversificação de culturas e criações, e da promoção da produção para o autoconsumo – por ser a melhor forma de garantir sua reprodução social – ao estabelecimento de circuitos e redes solidárias de circulação dos alimentos, por sua característica de convívio em comunidade; pela preservação de hábitos e culturas alimentares, por estar estreitamente vinculado a produção e processamento dos alimentos locais e regionais”.

Os exemplos encontrados em Aruanda e Vaza Barris permitem afirmar que as ferramentas de fortalecimento da agricultura familiar devem ser ajustadas às condições sociais, econômicas e organizacionais das famílias, de forma democrática e solidária, e como estímulo à sua reprodução social. Nessas comunidades, onde este processo foi deflagrado de forma mais democrática, participativa e respeitosa, encontram-se bons exemplos de resiliência dos processos e tecnologias sociais desenvolvidos ou implantados.

Em se tratando do acesso coletivo aos mercados, inclusive o mercado institucionalizado, como o PNAE e o PAA, notou-se que esta é uma ação relevante, essencial ao fortalecimento das práticas e da vida local, porém, muito onerosa em vários sentidos. Os custos disso implicam em um conjunto de investimentos, tais como: assessoria técnica, financeiro, materiais, infraestrutura produtiva e social para gestão, capacitação local para produção organizada e qualificada e, acima de tudo, a criação de redes de relacionamento que facilitem a rotação de informações sobre potenciais compradores da produção agroecológica, bem como o fortalecimento político da agricultura familiar e da agroecologia.

Por outro lado, quando implementada, uma proposta de comercialização solidária, minimamente adaptada ao meio de vida local, quase sempre tem gerado dependência e supervalorização desta via institucional de escoamento da produção. Como visto nas comunidades pesquisadas, o abandono de outros mercados – como as feiras e as entregas porta a porta –, em alguns casos, é uma ameaça à autonomia das comunidades. Autonomia esta representada pela diversidade de produção, de alimentos que a família consome, de moedas que circulam na comunidade e, em especial, pela resiliência dos sistemas agrícolas.

De modo amplo e geral, pode-se afirmar que o ser humano busca satisfazer suas três principais necessidades básicas: alimento, abrigo e vestuário. Quanto mais próximos estão de suprir estas necessidades, menos esforço é despendido pelas famílias e indivíduos para buscar atendê-las, e isso muitas vezes leva à acomodação.

Mas esta acomodação, vista por outro ângulo, revela também o amadurecimento humano dos moradores e das moradoras, uma vez que, às vezes, não consideram o meio ambiente como fonte infinita de recursos para seu bem estar, extraindo de suas propriedades e das relações humanas “apenas o necessário”. Como visto na pesquisa-ação, porém, este aspecto de aceitação das condições pode comprometer o desejo das

comunidades de buscar novas soluções para os problemas enfrentados. O processo de acomodação pode refletir na renda, na transição agroecológica ou mesmo nas relações sociais coletivas vivenciadas nestas mesmas comunidades.

Assim, ao contrário da lógica das comunidades camponesas, em que a diversificação dos mercados fortalece a ampliação das fontes econômicas (monetárias e não monetárias) e, conseqüentemente, da sustentabilidade produtiva, nas propriedades, e operacional, nas famílias, entra-se num círculo vicioso de supervalorização da comercialização via PNAE, o que acaba comprometendo a reprodução social do campesinato. Os fatores listados a seguir mostram ainda diferentes níveis de resiliência e sustentabilidade das comunidades:

- **A falta de mão de obra decorrente da migração juvenil:** a renda garantida pela venda ao PNAE não gera condições de sustentação econômica dos pais, filhos e filhas, o que contribui para a migração de jovens e, conseqüentemente, contribui para a diminuição da mão de obra no trabalho familiar.
- **A dificuldade de planejamento das lavouras e criações** leva as famílias a manter um nível baixo de diversificação produtiva, uniformizando a produção e concorrendo entre si nas entregas, muitas com o mesmo produto, quando os compradores (escolas/prefeituras) querem maior diversidade, e isso enfraquece o acesso à política pública;
- A comodidade das entregas programadas faz com que madrugar para ir à feira passe a ser considerado **trabalho degradante e, assim**, estas têm sido **abandonadas**, acarretando, em alguns casos, na volta dos atravessadores;
- Como em Aruanda e Vaza Barris, efetivar o acesso das comunidades ao mercado, gerar condições materiais para produção em suas unidades e de infraestrutura produtiva coletiva e criar espaços de formação e capacitação adequados aos diversos espaços e tempos das famílias e comunidades

pressupõem um **planejamento, com metas e objetivos** que tenham sentido para as pessoas e famílias.

Apesar das fragilidades, é inegável que a complexidade das relações estabelecidas na lógica socioprodutiva da agricultura familiar impulsiona os agricultores e as agricultoras a buscar novas aprendizagens, pois, como sabiamente nos diz Rubem Alves, no seu livro *Alegria de ensinar*, escrito em 2012: “As respostas nos permitem andar sobre terra firme. Mas somente as perguntas nos permitem entrar pelo mar desconhecido”. E Paulo Freire, no livro *Pedagogia da autonomia*, escrito em 1996, já se referia ao que fala Rubem Alves, dizendo que “sem a curiosidade que me move, que me inquieta, que me insere na busca, não *aprendo nem ensino*”. O aprendizado, assim, é inerente à história humana, somos a espécie que mais constrói conhecimentos.

Nas organizações sociais e comunidades populares evidenciadas nas pesquisas, esta questão torna-se muito mais relevante devido ao processo histórico de abandono social pelo Estado, que as levou a construir e perpetuar formas de transmissão do conhecimento e de reaprendizagem que valorizam a interação entre as famílias e, especialmente, entre seus membros. Tais processos de aprendizagem refletem soluções coletivas e sustentáveis para a superação de dificuldades do ecossistema ocupado e explorado.

Nesta perspectiva, são relevantes as lutas das comunidades para a implantação de escolas, associações, assentamentos e de manutenção da estrutura coletiva de apoio à produção, como estradas, pontes e pequenas obras. Na expectativa da produção, o conhecimento local das formas de uso do solo, do modo de criação e troca de animais para melhoria do rebanho ou, até mesmo, a multiplicação e disseminação de variedades crioulas são aspectos muito valorizados atualmente pelos governos e organizações sociais.

Como explicitado, apesar do intenso processo de construção do conhecimento e de transmissão popular do aprendizado, é de se destacar que o estado brasileiro não está preparado para lidar com as especificidades da agricultura familiar e, conseqüentemente, para adaptar as políticas públicas dirigidas a esse setor. Um exemplo claro é a legislação sanitária. É sabido pelas comunidades rurais e por organizações como sindicatos e ONGs que as leis brasileiras quase sempre dificultam o acesso da pequena produção agrícola, por exemplo, aos mercados institucionais. Neste sentido, as políticas mais inovadoras, como as de vigilância sanitária, como a implantação do SIM, ou do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA), não chegam às populações mais necessitadas, devido a este vazio da ação estatal. Isso se deve à incapacidade técnica dos órgãos públicos, e/ou à falta de comprometimento político com o fortalecimento da agricultura familiar, e/ou ao desconhecimento dos papéis a serem desempenhados por cada órgão.

A incapacidade técnica deriva de uma excessiva demora do Estado brasileiro em formar e inserir novos profissionais nos órgãos de assistência técnica às comunidades, em especial, as comunidades rurais. A grande maioria dos técnicos lotados nas instituições de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) ocupa os seus cargos há mais de 20 anos. As instituições estaduais de ATER não realizam concursos públicos para provimento das vagas necessárias ao bom atendimento das comunidades de agricultura familiar e não oferta cursos de atualização para o quadro profissional, assim, as legislações que buscam criar condições para o acesso – como a garantia de 30% do PNAE para a agricultura familiar, o acesso à certificação sanitária através do SUASA, o acesso ao Pronaf Agroecologia, Pronaf Jovem, Pronaf Mulher, dentre tantas outras – ou são ignoradas, ou subvalorizadas, e as profissionais continuam com a velha lógica da disseminação da técnica testada e validada nos campos da Embrapa. Mesmo assim, é importante salientar que a

legislação não pode ser considerada como a panaceia necessária às comunidades, pois, muitas vezes, ela impõe condições que as famílias oriundas da agricultura familiar não conseguem atender, pois tem por referência a agricultura industrial.

O comprometimento político em fortalecer a agricultura familiar ainda é uma barreira que o Estado delega às organizações sociais, o que muitas vezes deriva em formas de relações esquisitas, como, por exemplo, a “quase transformação” das entidades populares em vias de transmissão do Estado ou em braços estatais nos municípios. Este cenário de confusão de papéis algumas vezes também é incentivado pelas organizações sociais, que, na ânsia de verem as comunidades prosperar, assumem papéis que deveriam ser desempenhados pelo Estado.

Nesse campo, as relações de parceria ou a mobilização dos movimentos sociais, definidos aqui como o agrupamento da diversidade de comunidades pela semelhança de suas lutas, são uma resposta coletiva às dificuldades individuais e familiares e têm o objetivo de fortalecer cada um e dar visibilidade à luta de todos. As pequenas ou grandes vitórias são comemoradas e valorizadas, e existe no seio das comunidades um conceito de sustentabilidade mais adaptado às suas necessidades. **Nestas comunidades, a sustentabilidade é representada primordialmente pela qualidade de vida, traduzida no acesso à água, em alimentos saudáveis, na busca de uma harmonia com os ciclos naturais dos ecossistemas e na equidade de gênero, enfim, muito próximas ao Bem Viver e contrárias à mercantilização da agricultura.**

Este reconhecimento da sustentabilidade como aspecto ligado à qualidade de vida e à satisfação familiar e pessoal amplia a importância das políticas públicas e o seu acesso às comunidades. Tão importante quanto o ingresso no PAA e no PNAE é o acesso à política de garantia da qualidade alimentar dos produtos, como o SIM – Serviço de Inspeção Municipal, o SIE – Serviço de Inspeção Estadual e o SUASA –

Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária, ou a políticas mais amplas, como as de acesso à educação contextualizada, saúde adequada e infraestrutura produtiva e de comercialização.

Esta capacidade de resiliência das comunidades é o aspecto mais relevante suscitado nas pesquisas-ação. Essa capacidade em superar as dificuldades históricas permanece atualmente no enfrentamento aos entraves de políticas de acesso aos mercados. Indiferente aos obstáculos, as comunidades seguirão mudando, adaptando-se e desenvolvendo-se, e cabe ao Estado, às organizações de assessoria e às coordenações de movimentos saber ver, ouvir e adaptar sua ação e suas políticas para aproveitar as potencialidades locais.

Ana Dubeux, Alzira Medeiros e Virgínia Aguiar, no livro *Agroecologia na convivência com o semiárido: experiências vividas, sentidas e aprendidas*, publicado em 2015, nos ajudam nesta reflexão, dizendo que: “O começo de tudo tem a ver com a necessidade de valorizar e reconhecer os conhecimentos das pessoas e das famílias agricultoras”. É preciso disposição e sensibilidade para reconhecer e respeitar a memória e o acúmulo dos coletivos de agricultores e agricultoras familiares, que caminham em busca do Bem Viver. Contudo, temos que ter a consciência de que não há uma conclusão do processo, pois o inacabamento é intrínseco a toda atividade humana.

*Os aprendizados
do povo e das
comunidades com
as experiências*

Conforme evidenciaram as pesquisas-ação, a agricultura familiar agroecológica tem papel extremamente relevante na vida dos homens e mulheres do campo, ela é o pilar de sustentação das famílias protagonistas das experiências observadas. Assim, a pesquisa-ação realizada nas comunidades de Aruanda, na Bahia, e de Vaza Barris, em Sergipe, foram importantes, pois observaram e relataram experiências reais de duas comunidades rurais distintas no Nordeste brasileiro.

O caminho percorrido pelas duas pesquisas desde a concepção à conclusão se constituiu em um campo de descobertas, reflexão, novos aprendizados e reaprendizados. Chegar ao lar das experiências, destrinchar questões nunca antes desvendadas e trazê-las à luz do debate foi um dos grandes desafios que a pesquisadora e o pesquisador se propuseram a encarar. Como afirma Carlos Rodrigues Brandão nos seus estudos em 1981, o trabalho do educador e da educadora é dar legitimidade as palavras por meio da ação verdadeira. Os estudos confirmam o papel do educador e da educadora e a contribuição da educação popular no processo de transformação social.

A imersão no cotidiano das experiências revelou um universo peculiar, de saberes forjados no labor diário, mas também de fragilidades inerentes a toda atividade humana. Nessa profusão de descobertas foi possível observar a articulação das experiências com a educação popular.

Vimos o quanto são importantes a apropriação de espaços de luta e debates pelos agricultores e agricultoras de Aruanda, como a Rede de Economia Solidária do Extremo Sul da Bahia, a participação no Conselho Municipal de Segurança Alimentar do Município de Itanhém e nas plenárias e conferências municipais e territoriais, além das capacitações para a transição agroecológica e os intercâmbios de conhecimento. Carlos Rodrigues Brandão, nos seus escritos de 1981, reforça que só tem sentido a Educação Popular pelo fato de que é necessário o povo elaborar

o seu próprio saber na luta que trava pela transformação social na perspectiva de seus direitos e aspirações.

Para a comunidade de Aruanda, o acesso ao mercado de compras institucionais foi como uma “âncora”, no momento em que a feira livre, principal via de escoamento utilizada pelos agricultores e agricultoras já não absorvia a produção, visto que, naquela época, os três maiores supermercados do município introduziram hortifrutigranjeiros, oferecendo aos consumidores a opção de compras a prazo e com a comodidade de receber seus produtos em casa. Essa “novidade”, na concepção dos agricultores e agricultoras, contribuiu para o enfraquecimento da feira.

Nesse contexto, o ingresso no mercado de compras institucionais primeiro se deu com o PAA, em 2008, e, posteriormente, com o PNAE. Inicialmente, houve pouca adesão ao PAA, visto que muitos não acreditavam na proposta de garantia de mercado para os produtos, com pagamento de preços justos. À medida que viram as coisas dando certo, todos vendendo e recebendo, mais pessoas foram se agregando. O segundo projeto duplicou o número de beneficiários.

Nos últimos cinco anos, Aruanda passou a concentrar suas estratégias de vendas somente no PNAE, em razão das poucas exigências burocráticas por parte desse programa. Desde então, a maioria dos agricultores e agricultoras deixou de acessar a feira livre como via de saída da produção. Durante as férias escolares, alguns e algumas agricultores e agricultoras retornam à feira com o objetivo de complementar a renda familiar, já que nesse período as escolas não recebem produtos. Em razão dessa parada temporária, alguns planejam até em qual período do ano podem contrair despesas, contando com o recurso das vendas do PNAE.

São notórios os avanços alcançados pelo grupo a partir do ingresso nessas políticas públicas. Antes a situação era bem mais difícil, segundo relato de um agricultor:

“Antes a gente acordava de madrugada e saía tocando um bando de jegue para ir pra feira, dava excesso de produtos, sobrava muita coisa, pouca rentabilidade, dava desânimo na comunidade.” (Lúcio, agricultor de Aruanda).

Embora o aumento em mais de 50% na renda não chegue a somar um salário mínimo, ele se junta a outros valores, como, por exemplo, a venda de um porco ou um bezerro (para o atravessador), ou o recurso do programa Bolsa Família. Ainda assim, o grupo considera os resultados satisfatórios se comparados às adversidades vivenciadas no passado. “A gente chegou ao ponto de achar que está muito bom, mas, na verdade, não está tão bom como a gente diz: observando receitas de vendas do ano passado, verifica-se que a média de venda não conseguiu gerar meio salário por mês para cada agricultor, mas a gente acha que tá bom porque antes a situação era pior, e uma pequena melhora faz a gente se contentar e achar que tá bom.” (Fabiano, agricultor de Aruanda).

De acordo com as pesquisas, enfrenta-se obstáculos diferentes no acesso ao mercado, com o PNAE. Em Aruanda, observa-se uma dependência dessa compra pública, com o quase abandono das feiras locais. Em Vaza Barris, a inexistência de um abatedouro coletivo com fiscalização sanitária inviabiliza a possibilidade de oferta de produtos de origem animal. Essas dificuldades são mais amplas, e vão desde questões relacionadas à infraestrutura das estradas e à distância das propriedades até os pontos de comercialização nas cidades, a questões que dizem respeito à burocracia para o acesso ao crédito. Além disso, a pesquisa demonstrou a necessidade de um acompanhamento orientado para a produção, com capacitações técnicas relacionadas à gestão dos empreendimentos, mas, sobretudo, notou que é necessário um mergulho nos conceitos da economia solidária para que as ideias e ações possam ser convergentes. Nas diretrizes político-metodológicas para a educação em economia solidária, publicadas pela Secretaria Nacional de

Economia Solidária, em 2012, na Recomendação 8, encontramos que: “Ao considerar os empreendimentos como sujeitos da política pública, o ‘fazer com’ e não o ‘fazer para’, os mesmos devem ser considerados como educadores e educadoras na realização de processos estruturados e planejados de troca de experiências entre empreendimentos econômicos solidários, assim como a interação de saberes com as instituições de apoio e fomento à economia solidaria e os gestores públicos”.

Este pequeno trecho das diretrizes nos mostra que é importante reconhecer que o papel da assessoria como educadora popular em economia solidária é promover a autonomia dos grupos e criar junto a eles as ferramentas e condições de aprendizagem e apropriação dos saberes para que possam tomar suas próprias decisões, sem interferências e pressões externas, como sinaliza Paulo Freire no livro *Pedagogia da autonomia*, a autonomia é uma aprendizagem que vai tomando forma e jeito ao longo de nossas experiências de vida ao nos defrontarmos com as decisões e escolhas.

Assim, as assessorias populares devem valorizar os aspectos positivos encontrados, como a articulação de parceiros ou, ainda, o ânimo coletivo e familiar das comunidades expressado em suas organizações sociais. Ainda, é necessário lembrar e recomendar que as organizações de assessoria precisam conhecer quem são esses agricultores e essas agricultoras, seu chão de vida e trabalho, para facilitar o processo de reconhecimento das tecnologias sociais a serem implantadas e, conseqüentemente, ampliar os resultados e alcances dos objetivos.

Por fim, é importante dizer que as pesquisas identificaram entraves, mas também propiciaram a construção de aprendizados. Este método de investigação revelou possibilidades e alternativas de superação das fragilidades dos empreendimentos econômicos solidários desenvolvidos pela agricultura familiar.

Referências

- Alberto ACOSTA. **O Bem Viver. Uma oportunidade para imaginar outros mundos.** São Paulo: Elefante, 2016.
- Ana DUBEUX e Alzira MEDEIROS. Escreveram “A construção do conhecimento em agroecologia no semiárido brasileiro: interculturalidades e diálogos de saberes na sistematização de experiências”, 1º capítulo do livro organizado por Alzira Medeiros, Ana Dubeux e Virginia Aguiar, **Agroecologia na convivência com o semiárido: experiências vividas, sentidas e aprendidas.** Recife: Ed. dos organizadores, 2015.
- Carlos RODRIGUES BRANDÃO. **O que é educação.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.
- Julian Perez CASSARINO. “Elementos estruturais do atual sistema agroalimentar e seus efeitos sobre a inflação de alimentos, agricultura familiar e a promoção do direito humano à alimentação adequada”. In: **A agricultura familiar e o direito humano à alimentação: conquistas e desafios.** Cartilha da Câmara dos Deputados. Brasília, 2015.
- Manoel Messias Calazans de OLIVEIRA. **A luta pela autonomia dos agricultores e agricultoras familiares do Projeto Assentamento Vaza Barris, SE.** Relatório de Pesquisas-Ação/ CFES-NE, 2016. (mimeo).
- Michael THIOLENT. **Metodologia da pesquisa ação.** 18ª ed. São Paulo: Editora Cortez, 2011.
- Paulo FREIRE. **Pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- Paulo FREIRE. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- Paulo FREIRE. **Educação e mudança.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- Rubem ALVES. **A alegria de ensinar.** 14ª ed. Campinas: Papirus, 2012.
- Vanuza Neves VIEIRA. **O acesso ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) por agricultores e agricultoras familiares da Associação de Aruanda em Itanhém – BA.**

Relatório de Pesquisa-Ação/CFES-NE, 2016.
(mimeo)

Documentos institucionais consultados:

Brasil/ FNDE. **Lei nº 11.947**, de 16 de junho de 2009.
“Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica...”. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/fndelegis/action/UrlPublicasAction.php?acao=getAtoPublico&sgl_tipo=LEI&num_ato=00011947&seq_ato=000&vlr_ano=2009&sgl_orgao=NI>. Acesso em: 9 de março de 2017.

Brasil. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria Nacional de Economia Solidária. **Diretrizes Políticas Metodológicas para Educação em Economia Solidaria**. Recomendação nº 8, de 4 de julho de 2012.

IBGE. “Território Agreste Central Sergipano”. In: IBGE. Projeto Levantamento e Classificação do Uso da Terra. Uso da terra no estado de Sergipe. Relatório técnico. Rio de Janeiro, 2011, p.99-113. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv95889.pdf>>. Acesso em: 6 de março de 2017.

Prefeitura de Itanhaém. **Dados socioeconômicos do Município de Itanhém**. Disponível em: <<http://itanhem.ba.gov.br/socio-economico>>. Acesso em: 6 de março de 2017.

Anvisa. **Cartilha de Vigilância Sanitária**. Brasília, Ago. 2002. Disponível em: <http://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/cartilha_vigilancia.pdf>. Acesso em: 13 de março de 2017.



Rede CFES
Rede Nacional de Centros de Referência
Nordeste



FUNDAÇÃO APOLÔNIO SALLES
FOFOTOPÉ

departamento
de educação



**UNIVERSIDADE
FEDERAL RURAL
DE PERNAMBUCO**

**SUBSECRETARIA DE
ECONOMIA SOLIDÁRIA**

**MINISTÉRIO DO
TRABALHO**

